

## **SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR**

**ATT.: EXMO SR. ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO – PREFEITO**

**REF. POSIÇÃO DO SINPRO-BA QUANTO AO RETORNO DE AULAS PRESENCIAIS  
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Salvador-Ba, 20 de julho de 2020

O **Sindicato dos Professores no Estado da Bahia – SINPRO-BA**, entidade com 57 anos de história como representante da categoria docente no setor privado em todo o Estado da Bahia, vem apresentar o seu posicionamento quanto ao debate em torno do retorno às atividades letivas presenciais, considerando o quanto preceitua a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, relativamente à divisão de atribuições dos entes federativos, naquilo que cabe ao poder público municipal.

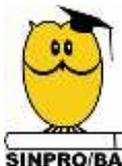
Desde meados do mês de março do ano corrente, todos temos estado alertas quanto às medidas de contenção do avanço da Covid-19 entre nós, período em que iniciou-se a proibição ou adequação de diversas atividades, incluída aí a oferta de ensino presencial nas escolas da cidade. Fomos e somos favoráveis às medidas adotadas, buscando o isolamento social e a preservação da vida. Neste sentido, saudamos as ações desta Prefeitura, notadamente pela capacidade de articulação com o Governo do Estado.

Há, no entanto, neste momento, um debate que precisa ser reposicionado, relativamente à volta às aulas presenciais. Ainda na sexta-feira, dia 17 de julho, em entrevista concedida pelo Sr. Prefeito à uma emissora de TV, foi dito que as aulas não retornariam no mês de agosto e que, talvez em setembro, dependendo de como seria a resposta às primeiras fases anunciadas de reabertura de atividades econômicas outras, tais atividades poderiam retornar, porém, sem certeza de que isto ocorreria naquele mês. Foi um bom sinal, ao nosso ver, de responsabilidade acerca do tema.

Ocorre que desde abril/maio é de conhecimento de todos que há uma discussão acerca do possível retorno às aulas, com diálogo estabelecido basicamente entre a Prefeitura, notadamente a partir da sua Secretaria da Educação, e um grupo de escolas que buscou protagonismo neste momento, em que pese não tenha poderes legais de representação sequer do seu segmento, pois há um sindicato constituído para isto. Do conhecimento desta situação, bem como das pressões havidas para que se libere o quanto antes a retomada das atividades presenciais nas escolas, parte o posicionamento do SINPRO-BA acerca do tema.

Primeiramente, é preciso garantir o direito democrático amplo de participação em decisões que afetam uma coletividade igualmente ampla. É legítimo que os interesses patronais estejam à mesa, mas é imperativo que os interesses e vozes de outros setores que, ademais, serão diretamente afetados pelas decisões, tenham espaço de participação garantido neste debate. Os trabalhadores em educação – e aqui falamos mais especificamente das professoras e professores, em que pese sejamos favoráveis a que todos os trabalhadores do setor, direta ou indiretamente relacionados, sejam parte do debate – precisam ser ouvidos, afinal de contas sua saúde e sua vida estão e estarão em jogo neste processo.

Sabemos que há protocolos sendo pensados e ajustados para o setor de educação, bem como prazos e possibilidades de retorno. O SINPRO-BA reivindica participação neste debate, pois



## SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA

na condição de representante de milhares de trabalhadoras e trabalhadores da docência, é nosso papel zelar pelos seus interesses, sobretudo quando isto envolve a saúde física e mental, o bem-estar, a segurança e, de forma ampla, a vida destas pessoas.

Numa democracia digna deste nome, nenhum ator do processo pode ser deixado de lado, sobretudo em questão tão séria e complexa. Não é concebível que as discussões e definições caibam apenas à Prefeitura e a um punhado de representantes do patronal do setor, sem que haja uma polifonia, uma ampliação do debate, um envolvimento mais amplo da sociedade. Estamos falando, afinal, de crianças e adolescentes, de mães, pais, avós, tios, de trabalhadores do transporte escolar, de funcionários e auxiliares administrativos das escolas, e, por fim, de professoras e professores, todos diretamente afetados pelas decisões que estão sendo e ainda serão tomadas.

Não cabe, a esta altura, discutir as questões médico-sanitárias. Em que pese não saibamos de muita coisa ainda, já sabemos o suficiente acerca do fato de que o contato e a proximidade física são responsáveis pela disseminação do vírus. Sabemos, igualmente, que por mais rigorosos que sejam os protocolos, a quantidade de interações havidas numa escola é potencialmente perigosa para a saúde. Além disto, é sabido que os rigores e regras são de difícil apreensão e execução por crianças, que se não são as vítimas mais comuns da Covid-19, são e podem funcionar como vetores de transmissão da doença. Neste sentido, considerando que não temos remédio específico e nem vacina à disposição, o SINPRO-BA compreende que o retorno às atividades presenciais nas escolas, dadas as especificidades do fazer da educação, seja em setembro ou noutro mês, é potencialmente arriscado, colocando muitas vidas em risco, o que não é desejável do ponto de vista da contenção à doença, nem concebível sob o aspecto trabalhista, muito mesmo aceitável do ponto de vista humanista mais amplo.

Há, portanto, uma multiplicidade de variáveis e de atores no processo ora abordado. Embora caiba à Prefeitura o poder legal de definir sobre tal questão, nunca é demais lembrar que pode caber aos demais atores contraporem a decisão ou mesmo não obedecê-la, caso entendam que ela os coloca em risco. Neste sentido, não há forma melhor de errar menos que não seja a de dar voz ao conjunto mais amplo possível de representações daqueles que estão envolvidos na questão.

Em virtude do quanto exposto, o SINPRO-BA requer que ele seja incluído em todas as discussões que doravante sejam feitas acerca do retorno às atividades letivas presenciais nesta Cidade, com o intuito de levar as demandas e preocupações de tão importante categoria profissional. Requer, igualmente, que lhe seja apresentado, oficialmente, o que já debatido a respeito do tema, para que possa analisar e estabelecer ponderações.

Com a maturidade e a responsabilidade de um sindicato que já soma quase seis décadas de existência, compreendendo a gravidade e complexidade do momento, o SINPRO-BA coloca-se na condição de colaborador neste debate, para ajudar no processo, contribuindo para que as decisões que venham a ser tomadas obedçam aos mais elementares critérios da democracia e do republicanismo.

Pela segurança, saúde e bem-estar de todos!  
Pela vida!

Atenciosamente,

Allysson Queiroz Mustafa  
**Coordenador Geral**  
**SINPRO-BA**